

TJ-RJ

■ VOLUME 95 ■

Revista de
Direito

EDIÇÃO ESPECIAL

COMENTÁRIOS AOS
VERBETES SUMULARES DO TJRJ
- Nº 110 AO 200 -

Diretoria Geral de Comunicação Institucional

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

SÚMULA.....	Nº
• Abuso do Direito. Configuração. Prova da culpa. Dispensabilidade.....	127
• Ações de impugnação de atos disciplinares militares. Art. 125, par. § 4º, da Constituição Federal. Norma constitucional dependente de lei infraconstitucional para sua regulamentação. Competência das Varas Fazendárias.....	131
• Administração Pública. Obrigação de fazer. Cumprimento pela Administração Pública. Benefício pecuniário a servidor público. Termo inicial. Cumprimento tardio. Dever de pagamento atualizado em folha suplementar.....	138
• Advogado. Apropriação indevida de valores do mandante. Dano moral. Caracterização.....	174
• Alienação fiduciária. Contrato de alienação fiduciária em garantia. Notificação extrajudicial do devedor. Competência do ofício de títulos e documentos. Área do domicílio do devedor. Princípio da territorialidade.....	153
• Alimentos. Execução de alimentos. Competência do juízo da ação de alimentos. Foro do domicílio do alimentando.....	111
• Alimentos. Execução de alimentos. Competência.....	120
• Alimentos. Execução de prestação alimentícia. Retenção de parcela do FGTS. Cabimento. Garantia da execução.....	187
• Alimentos. Expedição de ofício à Receita Federal. Expedição de ofício às Instituições Financeiras. Poderes do Juiz na direção do processo.....	186
• Antecipação de tutela. Cumprimento de tutela antecipada. Medidas de apoio. Decretação ou modificação de ofício pelo Tribunal. Possibilidade.....	157
• Antecipação de tutela. Obrigação de fazer, não fazer ou dar. Cumprimento da tutela antecipada. Início da contagem do prazo. Data da juntada aos autos do mandado de intimação.....	159
• Antecipação de tutela. Obrigação de fazer. Tutela antecipada. Multa. Execução provisória. Admissibilidade.....	158
• Arrendamento mercantil. Reintegração de posse. Descabimento de convação em indenizatória. Bem móvel objeto de arrendamento mercantil. Desapossamento injusto do bem. Réu já citado. Necessidade de pedido sucessivo ou anuência do réu.....	147
• Auxílio-acidente. Termo inicial de vigência. Lei nº 9.032, de 1995. Valor inferior a meio salário-mínimo. Impossibilidade.....	177
• Auxílio-acidente. Valor inferior a um salário-mínimo. Constituição Federal de 1988. Compatibilidade.....	176
• Auxílio-doença. Doença profissional. Nexo de causalidade. Comprovação.....	113
• Auxílio-moradia. Direito de Policial Militar e Bombeiro Militar. Lei Estadual nº 958, de 1983. Verba de caráter indenizatório. Indenização na inatividade. Impossibilidade.....	148
• Cartão de crédito. Empréstimo bancário. Cartão de crédito. Conta-corrente bancária. Retenção do valor. Limitação do percentual.....	200
• Fimocimento de água. ICMS. Cobrança ilegal.....	

• Cartão megabônus. Dano moral <i>in re ipsa</i> . Descabimento. Ofensa à honra. Necessidade de comprovação.....	149
• Citação postal. Pessoa jurídica. Validade do ato.....	118
• Competência. Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Fixação da competência. Lugar do domicílio dos pais, do responsável ou do abrigo.....	141
• Concessionária de serviço público. Débito Pretérito. Cobrança. Inclusão de parcela. Fatura mensal. Prática abusiva.....	198
• Concessionária de serviço público. Fornecimento de água Prestação de serviço de água e esgoto. Condomínio edilício. Tarifa mínima multiplicada pelo número de unidades. Cobrança abusiva.....	191
• Condomínio. Tarifa mínima de água e esgoto. Cobrança multiplicada pelo número de economias. Concessionária de serviço público. Restituição em dobro do valor pago.....	175
• Dano moral. Imputação ofensiva. Coletividade. Dano moral. Não configuração.....	128
• Dano moral. Não configuração. Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção temporária por deficiência operacional. Dano moral. Não configuração.....	193
• Decisão baseada em jurisprudência pacificada. Reiteração de recursos. Ausência de nova fundamentação. Natureza protelatória.....	167
• Decisão interlocutória do juiz. Decisão monocrática do relator. Interposição de embargos de declaração. Possibilidade.....	171
• Decisão monocrática. Declaração de nulidade da sentença ou decisão interlocutória. Possibilidade do relator.....	168
• Decisão monocrática. Litigância de má-fé. Decretação de ofício. Possibilidade.....	165
• Direito à saúde. Fornecimento de medicamentos não padronizados. Reconhecimento pela ANVISA e por recomendação médica. Dever de prestação unificada de saúde. Princípio da reserva do possível.....	180
• Direito à saúde. Medicamento necessário ao tratamento de doença. Garantia constitucional. Princípio da correlação. Não infringência.....	116
• Direito à saúde. Obrigação do Poder Público. Fornecimento de serviços. Abrangência.....	184
• Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Ação proposta contra o ente público. Interesse processual. Cabimento.....	181
• Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Aquisição de medicamentos. Apreensão de quantia necessária junto à conta bancária do devedor. Possibilidade. Posterior prestação de contas.....	178
• Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública. Fixação da verba honorária. Valor igual ou inferior a meio salário-mínimo.....	182
• Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Fornecimento de produtos complementares ou acessórios. Produtos relacionados com o tratamento da doença. Obrigação do poder público.....	179
• Direito à saúde. Princípio da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde. Concessão de Passe-livre. Custeio por ente público. Necessidade de laudo médico.....	183
• Direito à saúde. Solidariedade dos entes públicos. Chamamento ao Processo. Indeferimento.....	115

- Direito do consumidor. Empresa de telefonia. Medidor de pulsos. Discriminação nas faturas..... 110
- Direito do consumidor. Fornecimento de água. Falta de hidrômetro ou defeito no funcionamento. Tarifa mínima. Critério legal. Cobrança por estimativa. Vedação..... 152
- Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção indevida. Dano moral. Configuração..... 192
- Direito do consumidor. Reparação de danos. Consumidor por equiparação. Juros moratórios. Termo inicial..... 129
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Área de risco. Ausência de comprovação. Obrigação de restabelecimento. Conversão em perdas e danos. Tutela antecipada 197
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Cobrança abusiva de tarifa. Consignação do valor médio dos últimos seis meses. Tutela antecipada. Cabimento 195
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Débito tarifário. Novo usuário. Impossibilidade de transferência..... 196
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Interrupção. Simples aviso. Dano moral. Não configuração..... 199
- Direito do consumidor. Serviço público essencial. Débito pretérito. Prévia notificação. Interrupção do serviço. Descabimento..... 194
- Direito do consumidor. Serviço telefônico. Contrato de participação financeira em investimento. Juízo competente. Varas Empresariais..... 140
- DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Questão de ordem pública. Possibilidade de declínio da competência de ofício. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor..... 143
- Embargos de declaração. Contradição. Necessidade de constar na decisão embargada .. 172
- Embargos de declaração. Dever do embargante. Pena de multa. Indicação dos pontos omissos. Indicação das normas constitucionais ou legais violadas..... 169
- Embargos de declaração. Introdução de questão nova omitida na decisão embargada. Não configuração de matéria de ordem pública. Natureza protelatória 173
- Embargos de declaração. Reedição de teses que constituem objeto de outro recurso. Intuito protelatório. Configuração. Necessidade de caracterizar caso de omissão, obscuridade ou contradição..... 170
- Execução contra a Fazenda Pública. Litisconsórcio ativo facultativo. Pequeno valor. Crédito de natureza individual..... 136
- Execução fiscal. Extinção do processo. Critério fundado em pequeno valor cobrado. Descabimento 126
- Execução fiscal. Requisitos previstos na Lei nº 6.830/80 125
- Execução. Juízo da execução. Penhora de receita. Fluência do prazo para a impugnação do devedor 119
- Extinção do processo sem julgamento do mérito. Intimação pessoal. Via postal. Possibilidade..... 166
- Extinção do processo. Intimação de ofício. Arquivamento definitivo dos autos..... 132
- Fornecimento de água. ICMS. Cobrança ilegal..... 130

• Gratificação de encargos especiais. PRODERJ. Extensão aos inativos. Natureza remuneratória. Gratificação extraordinária. Exclusão da gratificação.....	150
• Gratuidade de justiça. Pessoa jurídica não filantrópica. Excepcionalidade.....	121
• Honorários de advogado. Verba autônoma. Natureza alimentar. Requisição específica e independente.....	135
• Juros legais. Correção monetária. Prestações vincendas. Condenação nas despesas processuais. Matérias apreciáveis de ofício pelo Tribunal.....	161
• Levantamento de valor depositado em juízo. Presunção do pagamento de juros. Diferença de despesas processuais. Correção monetária. Juros incidentes sobre parcelas. Inaplicabilidade.....	164
• Locação. Prorrogação da locação. Responsabilidade do fiador até a entrega das chaves. Alteração na orientação da Súmula nº 214 do STJ.....	134
• Mandado de Segurança. Legitimidade passiva. Ente público.....	114
• Mandado de Segurança. Sociedade de Economia Mista Federal. Competência para julgar. Justiça Federal.....	151
• Medida socioeducativa. Juízo competente para sua execução. Juízo que impõe a medida. Possibilidade de delegação.....	142
• Penhora on line. Princípio da execução menos gravosa. Não infringência.....	117
• Pensão alimentícia. Base de cálculo. Adicional de férias. Décimo terceiro salário. Incidência.....	188
• Perícia. Prova pericial. Ausência de fundamentação técnica. Mero inconformismo. Repetição da prova pericial. Não autorização.....	155
• Precatório judicial. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Inaplicabilidade.....	139
• Produção de provas. Decisão concessiva ou denegatória. Reforma da decisão. Condição exigida.....	156
• Protesto de título. Cancelamento. Inscrição indevida em cadastros restritivos de crédito. Cumprimento de obrigações de fazer fungíveis. Antecipação de tutela ou sentença. Efetivação através de simples expedição de ofício. Cancelamento de negativação.....	144
• Recurso. Fixação ou majoração dos honorários de sucumbência. Gratuidade de Justiça. Inaplicabilidade ao patrono da parte.....	190
• Requisição de pequeno valor. Descumprimento de requisição de pequeno valor. Medida cabível. Sequestro.....	137
• Responsabilidade civil. Prestação alimentícia. Sociedade empresarial. Constituição de capital. Medida de preferência.....	160
• Seguro. Contrato de seguro. Denúnciação da lide. Valor da causa. Extensão do exercício do direito de regresso. Impossibilidade de exceder o valor da apólice.....	163
• Seguro-saúde. Marcapasso. Recusa de cobertura. Cláusula abusiva.....	112
• Taxa Judiciária. Município autor. Isenção de pagamento. Exigência de reciprocidade. Município réu. Sucumbência. Obrigatoriedade de pagamento.....	145
• Título executivo judicial. Cumprimento de sentença. Honorários de advogado. Termo inicial da incidência. Decurso do prazo. Art. 475-J, do CPC.....	154

- Título executivo judicial. Impugnação ao cumprimento da sentença. Embargos à execução. Efeito suspensivo. Reforma da decisão. Condição exigida 162
- Título judicial. Execução e cumprimento de sentença. Extinção do processo. Arquivamento definitivo dos autos 133
- Tributário. ICMS. Consumo de energia elétrica. Supermercado. Atividades de panificação, restaurante, açougue, peixaria e laticínios. Não caracterização de processo de industrialização. Impossibilidade de compensação 146
- Tributário. IPTU progressivo. Taxa de coleta domiciliar de lixo e iluminação pública. Cobrança indevida. Efeitos *ex tunc*. Sistema constitucional em vigor 123
- Tributário. Repetição de indébito tributário. Lei declarada inconstitucional. Prescrição quinquenal 124
- União estável. Dissolução de união estável. Partilha de bens. Lei aplicável. Lei vigente à época da extinção do vínculo 189
- União estável. Uniões estáveis concomitantes. Não reconhecimento 122
- Visitação. Regulamentação de visita. Criança em fase de amamentação. Pernoite. Descabimento 185

A jornalista Miriam Leitão¹ comenta que a Telebras foi criada por uma de corporações comunicacionais estratégicas e integradoras em um país da dimensão do Brasil. Adotava-se, então, um modelo de nacionalismo exacerbado. O presidente Fernando Henrique Cardoso, ao assumir, enviou ao Congresso uma emenda, tendo em mira a reforma da Constituição no capítulo relativo à Ordem Econômica, propondo o fim do monopólio de telefonia entre outras empresas, eliminando a diferença entre capital nacional e estrangeiro.²

“A mais bem sucedida privatização foi a de telefonia, mas a venda também produziu controvérsias. Aconteceu no primeiro do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. A venda foi mais bem planejada e os ganhos para os consumidores mais palpáveis. O Brasil passou a ter telefone. A regulação buscou duas metas: universalizar os serviços e produzir competição entre as empresas.

A privatização era a chance de fazer a grande revolução em que o telefone deixasse de ser um bem, que se declarava no Imposto de Renda para ser um serviço acessível a todos. Foi previsto elaborar um modelo de venda que obrigasse as empresas a cumprir metas de universalização. Era o momento em que explodia no mundo a revolução das telecomunicações e da Internet. O Brasil estava espantosamente atrasado” (*op. cit.*, p. 312).

¹ Uniformização de Jurisprudência nº 2005.018.00004. Julgamento em 07/01/2005. Relator Desembargador PAULO VENTURA. Votação por maioria. Registro de Acórdão em 26/12/2005.

² LEITÃO, Miriam. *Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*, 2ª ed. – Rio de Janeiro – Record 2011, pp. 309/319.

TJ-RJ

■ VOLUME 96 ■

Revista de **Direito**

EDIÇÃO ESPECIAL

**COMENTÁRIOS AOS
VERBETES SUMULARES DO TJRJ
- Nº 201 AO 299 -**

Diretoria-Geral de Comunicação Institucional

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO (Vols. 95 e 96)

SÚMULA

Nº

• Abuso do Direito. Configuração. Prova da culpa. Dispensabilidade.....	127
• Ação de investigação de paternidade. Relativização da coisa julgada. Cabimento se não realizado o exame de DNA na demanda anteriormente julgada improcedente por falta de provas.....	275
• Ações de impugnação de atos disciplinares militares. Art. 125, par. § 4º, da Constituição Federal. Norma constitucional dependente de lei infraconstitucional para sua regulamentação. Competência das Varas Fazendárias.....	131
• Administração Pública. Obrigação de fazer. Cumprimento pela Administração Pública. Benefício pecuniário a servidor público. Termo inicial. Cumprimento tardio. Dever de pagamento atualizado em folha suplementar.....	138
• Advogado. Apropriação indevida de valores do mandante. Dano moral. Caracterização.....	174
• Advogado. Renúncia ao mandato. Ineficácia antes da notificação do mandante.....	278
• Agravo interno. Multa. Não exclusão de outras sanções por litigância de má-fé.....	247
• Agravo regimental. Decisões do relator quanto ao efeito suspensivo e à antecipação da tutela recursal. Não conhecimento.....	245
• Alienação fiduciária. Contrato de alienação fiduciária em garantia. Notificação extrajudicial do devedor. Competência do ofício de títulos e documentos. Área do domicílio do devedor. Princípio da territorialidade.....	153
• Alienação fiduciária em garantia. Busca e apreensão. Desnecessidade do registro do contrato em cartório de títulos e documentos.....	282
• Alienação fiduciária em garantia. Busca e apreensão. Prazo de prescrição quinquenal.....	298
• Alimentos. Execução de alimentos. Competência do juízo da ação de alimentos. Foro do domicílio do alimentando.....	111
• Alimentos. Execução de alimentos. Competência.....	120
• Alimentos. Execução de prestação alimentícia. Retenção de parcela do FGTS. Cabimento. Garantia da execução.....	187
• Alimentos. Expedição de ofício à Receita Federal. Expedição de ofício às instituições financeiras. Poderes do Juiz na direção do processo.....	186
• Alimentos. Participação nos lucros e resultados. Incidência da base de cálculo da pensão.....	250
• Anatocismo. Obrigações periódicas inadimplidas. Instituição financeira. Taxa de juros fixada na Lei de Usura. Não vinculação. Capitalização mensal. Vedação.....	202
• Anatocismo. Obrigações periódicas. Pagamento integral dos juros na parcela anterior. Não configuração.....	201

- Antecipação de tutela. Cumprimento. Medidas de apoio. Decretação ou modificação de ofício pelo Tribunal. Possibilidade.157
- Antecipação de tutela. Obrigação de fazer, não fazer ou dar. Cumprimento da tutela antecipada. Início da contagem do prazo. Data da juntada aos autos do mandado de intimação.....159
- Antecipação de tutela. Obrigação de fazer. Multa. Execução provisória. Admissibilidade 158
- Arrendamento mercantil. Comprovação da mora. Necessidade de notificação por cartório de títulos e documentos277
- Arrendamento mercantil. Reintegração de posse. Descabimento de convalidação em indenizatória. Bem móvel objeto de arrendamento mercantil. Desapossamento injusto do bem. Réu já citado. Necessidade de pedido sucessivo ou anuência do réu147
- Auxílio-acidente. Aposentadoria por invalidez. Ausência de atividade laborativa intermediária. Revisão do benefício previdenciário. Descabimento.....242
- Auxílio-acidente. Termo inicial de vigência. Lei nº 9.032, de 1995. Valor inferior a meio salário-mínimo. Impossibilidade177
- Auxílio-acidente. Valor inferior a um salário-mínimo. Constituição Federal de 1988. Compatibilidade176
- Auxílio-doença. Doença profissional. Nexo de causalidade. Comprovação.113
- Auxílio-moradia. Direito de Policial Militar e Bombeiro Militar. Lei Estadual nº 958, de 1983. Verba de caráter indenizatório. Indenização na inatividade. Impossibilidade.....148
- Bem alienado fiduciariamente. Comprovação da mora. Condição específica da ação de busca e apreensão283
- Bem comum. Execução de bem comum por dívida assumida por um só dos cônjuges. Limitação imposta pelo art. 3º da Lei nº 4.121/621
- Beneficiário da gratuidade de justiça. Imposto sobre transmissão causa mortis e por doação. Direito à isenção. Necessidade do preenchimento de requisitos da lei específica.....297
- Cadastro de proteção ao crédito. Simples aviso desacompanhado de posterior inscrição. Dano moral. Não configuração228
- Caixa Beneficente da Polícia Militar. Desligamento de participante. Possibilidade32
- Cartão de crédito. Empréstimo bancário. Conta-corrente bancária. Retenção do valor. Limitação do percentual200
- Cartão de crédito. Empréstimo bancário. Juros remuneratórios. Taxa SELIC. Inaplicabilidade 203
- Cartão megabônus. Dano moral *in re ipsa*. Descabimento. Ofensa à honra. Necessidade de comprovação.....149
- Carteira de habilitação de motorista. Comprovação de anterior expedição. Possibilidade de renovação. Tutela antecipada. Cabimento223
- Cesta alimentação. PREVI. Extensão aos inativos. Competência da Justiça Estadual. Natureza remuneratória do benefício246

• Citação por edital. Expedição de ofícios. Inexigibilidade	292
• Citação postal. Pessoa jurídica. Validade do ato	118
• Cláusula geral. Possibilidade de aplicação de ofício pelo magistrado	281
• Cobrança enviada por carta desacompanhada de inscrição. Dano moral. Não configuração. Descabimento da restituição em dobro	230
• Competência. Risco de decisões contraditórias. Reunião das ações em juízo, com a mesma competência em razão da matéria.	266
• Competência. Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Fixação da competência. Lugar do domicílio dos pais, do responsável ou do abrigo	141
• Concessionária de serviço público. Débito Pretérito. Cobrança. Inclusão de parcela. Fatura mensal. Prática abusiva	198
• Concessionária de serviço público. Fornecimento de água. Prestação de serviço de água e esgoto. Condomínio edilício. Tarifa mínima multiplicada pelo número de unidades. Cobrança abusiva	191
• Concurso público. Polícia militar. Exigência de idade e altura mínimas. Consonância com o princípio da razoabilidade	248
• Condomínio. Tarifa mínima de água e esgoto. Cobrança multiplicada pelo número de economias. Concessionária de serviço público. Restituição em dobro do valor pago	175
• Conta-Corrente inativa. Cobrança de tarifa bancária. Inscrição em cadastro restritivo de crédito. Conduta abusiva. Dano moral.	294
• Ação revisional de cláusula. Parcela mensal incompatível com a condição de hipossuficiente. Descabimento da presunção de pobreza.	288
• Criação de novos juízos. Incompetência absoluta. Princípio da perpetuação da jurisdição. Inaplicabilidade	287
• Cumprimento da sentença. Multa do art. 475-J, do CPC. Incidência a partir da ciência do advogado acerca da memória discriminada do cálculo exequendo.	270
• Dano moral. Condenação inferior ao pedido. Sucumbência recíproca. Não configuração	105
• Dano moral. Indenização decorrente das relações de casamento, união estável ou filiação. competência do juízo de família	274
• Dano moral. Imputação ofensiva. Coletividade. Dano moral. Não configuração	128
• Dano moral. Indenização por danos morais. Relação de consumo. Vício do serviço. Prescrição quinquenal	207
• Dano moral. Não configuração. Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção temporária por deficiência operacional.	193
• Dano moral. Responsabilidade civil. Estados limitados da consciência. Tenra idade. Doença mental. Não exclusão	216
• Decisão baseada em jurisprudência pacificada. Reiteração de recursos. Ausência de nova fundamentação. Natureza protelatória	167

- Decisão interlocutória do juiz. Decisão monocrática do relator. Interposição de embargos de declaração. Possibilidade 171
- Decisão monocrática. Declaração de nulidade da sentença ou decisão interlocutória. Possibilidade do relator 168
- Decisão monocrática. Litigância de má-fé. Decretação de ofício. Possibilidade 165
- Denúnciação da lide. Imputação de responsabilidade a terceiros. Não admissibilidade 240
- Despesas processuais iniciais. Complementação. Intimação pessoal do autor. Obrigatoriedade 290
- Direito à saúde. Fornecimento de medicamentos não padronizados. Reconhecimento pela ANVISA e por recomendação médica. Dever de prestação unificada de saúde. Princípio da reserva do possível 180
- Direito à saúde. Medicamento necessário ao tratamento de doença. Garantia constitucional. Princípio da correlação. Não infringência 116
- Direito à saúde. Obrigação do Poder Público. Fornecimento de serviços. Abrangência 184
- Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Ação proposta contra o ente público. Interesse processual. Cabimento 181
- Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Aquisição de medicamentos. Apreensão de quantia necessária junto à conta bancária do devedor. Possibilidade. Posterior prestação de contas 178
- Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública. Fixação da verba honorária. Valor igual ou inferior a meio salário-mínimo 182
- Direito à saúde. Prestação unificada de saúde. Fornecimento de produtos complementares ou acessórios. Produtos relacionados com o tratamento da doença. Obrigação do poder público 179
- Direito à saúde. Princípio da dignidade da pessoa humana. Direito à saúde. Concessão de Passe-livre. Custeio por ente público. Necessidade de laudo médico 183
- Direito à saúde. Solidariedade dos entes públicos. Chamamento ao Processo. Indeferimento 115
- Direito Administrativo. Fundo de saúde. Termo inicial da restituição das contribuições. Lei Estadual nº 3.465, de 2000 231
- Direito de preferência. Ordem da prelação. Crédito tributário, condominial e hipotecário 276
- Direito do consumidor. Cirurgia plástica após procedimento bariátrico. Caráter reparador 258
- Direito do consumidor. Cobrança de tarifa de esgoto pela simples captação e transporte descabimento 255
- Direito do consumidor. Concessão. Aplicação do CDC à relação contraída entre usuário e concessionária 254
- Direito do consumidor. Fornecimento de água. Falta de hidrômetro ou defeito no funcionamento. Tarifa mínima. Critério legal. Cobrança por estimativa. Vedação 152
- Direito do consumidor. Inexistência de presunção de legitimidade 256

- Direito do consumidor. Inversão do ônus da prova. Decisão concessiva ou denegatória. Reforma da decisão. Condição exigida. Exigência de teratologia.....227
- Direito do consumidor. Inversão do ônus da prova. Direito básico do consumidor. Honorários do perito. Reversão do custeio. Impossibilidade229
- Direito do consumidor. Mútuo bancário. Limitação judicial de desconto em conta-corrente. Direito à devolução. Descabimento. Dano moral. Não configuração.....205
- Direito do consumidor. Perda de documentos sem registro perante a autoridade policial. Hipótese não configuradora de concorrência de causas.257
- Direito do consumidor. Prestação de serviços essenciais. Interrupção indevida. Dano moral. Configuração..... 192
- Direito do consumidor. Relação de consumo. Fornecedor de produto ou serviço. Chamamento ao processo da seguradora. Admissibilidade208
- Direito do consumidor. Reparação de danos. Consumidor por equiparação. Juros moratórios. Termo inicial129
- Direito do consumidor. Responsabilidade civil. Contrato de transporte de pessoas. Prescrição quinquenal206
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Área de risco. Ausência de comprovação. Obrigação de restabelecimento. Conversão em perdas e danos. Tutela antecipada197
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Cobrança abusiva de tarifa. Consignação do valor médio dos últimos seis meses. Tutela antecipada. Cabimento195
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Débito tarifário. Novo usuário. Impossibilidade de transferência.....196
- Direito do consumidor. Serviço essencial. Interrupção. Simples aviso. Dano moral. Não configuração.....199
- Direito do consumidor. Serviço público essencial. Débito pretérito. Prévia notificação. Interrupção do serviço. Descabimento.....194
- Direito do consumidor. Serviço telefônico. Contrato de participação financeira em investimento. Juízo competente. Varas Empresariais..... 140
- Documento reprodução digitalizada de título não endossável. Dispensa de autenticação ou juntada do original.267
- DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Liquidação extrajudicial de sociedade seguradora. Responsabilidade pelo pagamento. Seguradora Líder. Admissibilidade de inclusão no polo passivo. Fase de cumprimento da sentença219
- DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório. Questão de ordem pública. Possibilidade de declínio da competência de ofício. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....143
- DPVAT. Documento expedido pelo sistema megadata computações. Pagamento do seguro obrigatório. Não comprovação220

• DPVAT. Invalidez permanente. Valor da indenização e percentual da perda. Necessidade de prova idônea.....	233
• DPVAT. Prazo legal de regulação do sinistro. Impossibilidade de cobrança judicial	232
• Embargos de declaração. Contradição. Necessidade de constar na decisão embargada ..	172
• Embargos de declaração. Decisão monocrática. Competência do relator	239
• Embargos de declaração. Dever do embargante. Pena de multa. Indicação dos pontos omissos. Indicação das normas constitucionais ou legais violadas	169
• Embargos de declaração. Introdução de questão nova omitida na decisão embargada. Não configuração de matéria de ordem pública. Natureza protelatória	173
• Embargos de declaração. Não recolhimento de multa imposta em agravo interno. Caráter protelatório.....	238
• Embargos de declaração. Reedição de teses que constituem objeto de outro recurso. Intuito protelatório. Configuração. Necessidade de caracterizar caso de omissão, obscuridade ou contradição.....	170
• Estabelecimento comercial. Simples disparo do alarme antifurto. Mero aborrecimento. Res-salvados os episódios de desnecessária e inconveniente exposição ou grosseira abordagem da pessoa.....	280
• Estatuto da Criança e do Adolescente. Nomeação de Curador Especial. Defensor Público. Competência do Juiz da Vara da Infância e Juventude	235
• Estudante menor de 18 anos. Aprovação nos exames de acesso à Universidade antes da conclusão do Ensino Médio. Conclusão em Curso Supletivo. Possibilidade.	284
• Evento danoso. Responsabilidade de terceiro. Denúnciação da lide. Inadmissibilidade	240
• Execução contra a Fazenda Pública. Litisconsórcio ativo facultativo. Pequeno valor. Crédito de natureza individual.....	136
• Execução fiscal. Ajuizamento na vigência da Lei Complementar nº 118/05. Prescrição ocorrida entre a distribuição e a citação. Natureza não intercorrente.	264
• Execução fiscal. Extinção do processo. Critério fundado em pequeno valor cobrado. Desca-bimento	126
• Execução fiscal. Lançamento no sistema e prolação de sentenças em bloco. Inocorrência de nulidade	244
• Execução fiscal. Não suspensão do crédito tributário pela inscrição em dívida ativa.....	243
• Execução fiscal. Penhora <i>on line</i> de honorários, taxa judiciária e custas.	265
• Execução fiscal. Prescrição. Crédito não tributário estadual ou municipal. Prescrição quin-quenal.....	218
• Execução fiscal. Requisitos previstos na Lei nº 6.830/80	125
• Execução fiscal. Taxa judiciária. Autarquia municipal. Dispensa de prévio recolhimento.	289
• Execução. Juízo da execução. Penhora de receita. Fluência do prazo para a impugnação do devedor	119

• Extinção do processo sem julgamento do mérito. Intimação pessoal. Via postal. Possibilidade.....	166
• Extinção do processo. Intimação de ofício. Arquivamento definitivo dos autos.....	132
• Fornecimento de água. ICMS. Cobrança ilegal.....	130
• Gratificação de encargos especiais. PRODERJ. Extensão aos inativos. Natureza remuneratória. Gratificação extraordinária. Exclusão da gratificação.....	150
• Gratificação de habilitação profissional. Lei Estadual nº 3.586, de 2001. Proventos da aposentadoria. Pensão previdenciária. Inclusão na base de cálculo. Termo inicial.....	225
• Gratuidade de justiça. Pessoa jurídica não filantrópica. Excepcionalidade.....	121
• Honorários de advogado. Verba autônoma. Natureza alimentar. Requisição específica e independente.....	135
• Implementação de políticas públicas. Princípio da reserva do possível. Ônus da prova. Responsabilidade do ente público.....	241
• Incabível a acumulação de aposentadorias com auxílio-acidente ou auxílio suplementar de sinistro posterior a 10 de novembro de 1997.....	252
• Incabível a revisão de renda mensal inicial do auxílio-suplementar com base no art. 201, § 2º, da Constituição Federal.....	251
• Inércia do inventariante. Descabimento da Extinção do Processo. Nomeação de outro herdeiro ou inventariante dativo.....	296
• Juizado da Violência Doméstica e Familiar Competência. Critério estabelecido em razão do gênero, na forma dos artigos 5º e 7º, da Lei nº 11.340/06.....	253
• Juros legais. Correção monetária. Prestações vincendas. Condenação nas despesas processuais. Matérias apreciáveis de ofício pelo Tribunal.....	161
• Levantamento de valor depositado em juízo. Presunção do pagamento de juros. Diferença de despesas processuais. Correção monetária. Juros incidentes sobre parcelas. Inaplicabilidade.....	164
• Lixo extraordinário. Encargo dos serviços. Responsabilidade do usuário. Taxa de coleta domiciliar de lixo. Não incidência.....	237
• Locação. Prorrogação da locação. Responsabilidade do fiador até a entrega das chaves. Alteração na orientação da Súmula nº 214 do STJ.....	134
• Mandado de segurança contra decisão das Turmas Recursais. Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça. Ausência de competência para julgamento.....	291
• Mandado de Segurança. Revisão de pensão previdenciária. Autoridade coatora. Presidente da autarquia previdenciária.....	222
• Mandado de Segurança. Sociedade de economia mista federal. Competência para julgar. Justiça Federal.....	151
• Medida socioeducativa. Juízo competente para sua execução. Juízo que impôs a medida. Possibilidade de delegação.....	142

• Multa coercitiva. Não incidência de honorários advocatícios	279
• Multa imposta pelo tribunal de contas. Propositura de execução fiscal. Legitimidade da fazenda estadual	299
• Negativação. Conta bancária conjunta. Dívida contraída por um dos correntistas. Devedor solidário. Inscrição em cadastro restritivo de crédito. Dano moral. Configuração	204
• Penal. Lei antidrogas. Possibilidade de aplicação de causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 nos casos de incidência de causas de aumento previstas no art. 40, da mesma lei.	273
• Penal. Menoridade. Não revogação do art. 65, inciso I, 1ª parte, do Código Penal pelo Código Civil de 2002	272
• Penhora <i>on line</i> . Princípio da execução menos gravosa. Não infringência	117
• Pensão alimentícia. Base de cálculo. Adicional de férias. Décimo terceiro salário. Incidência	188
• Pensionamento. Ação de responsabilidade civil. Décimo terceiro salário e férias. Exclusão da base de cálculo. Necessidade de anterior vínculo empregatício da vítima	217
• Perícia. Prova pericial. Ausência de fundamentação técnica. Mero inconformismo. Repetição da prova pericial. Não autorização	155
• Precatório judicial. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Inaplicabilidade ...	139
• Princípio da reserva do possível. Implementação de políticas públicas. Ônus da prova do ente público	241
• Processo cautelar. Caducidade da liminar. Extinção do processo sem julgamento do mérito descabimento	268
• Processo Penal. Direito do advogado, independentemente de procuração, da obtenção de vista e cópia dos autos que não estejam sob sigilo.	262
• Processo Penal. Execução provisória. Expedição de carta ainda que na pendência de recurso interposto pelo Ministério Público.	261
• Processo Penal. Lesão corporal leve. Violência doméstica contra a mulher. Ação penal pública condicionada à representação da vítima.	260
• Processo Penal. Princípio de correlação. Vedação de <i>mutatio libelli</i> em segundo grau de jurisdição elementos não contidos na denúncia absolvição impositiva	271
• Processo Penal. Suspensão condicional. Cabimento quando, alternativamente, cominada pena de multa e sanção privativa de liberdade superior a um ano.	263
• Produção de provas. Decisão concessiva ou denegatória. Reforma da decisão. Condição exigida	156
• Protesto de título. Cancelamento. Inscrição indevida em cadastros restritivos de crédito. Cumprimento de obrigações de fazer fungíveis. Antecipação de tutela ou sentença. Efetivação através de simples expedição de ofício. Cancelamento de negativação	144
• Recurso. Ação de modificação de cláusula de alimentos. Efeito meramente devolutivo.	249

• Recurso. Fixação ou majoração dos honorários de sucumbência. Gratuidade de Justiça. Inaplicabilidade ao patrono da parte.....	190
• Recurso. Interposição de recurso. Multa. Pessoa Jurídica de Direito Público. Dispensa de depósito prévio	224
• Requisição de pequeno valor. Descumprimento de requisição de pequeno valor. Medida cabível. Sequestro	137
• Responsabilidade civil. Direito a pensionamento. Reconhecimento. Renda auferida pela vítima antes do evento danoso. Falta de prova. Irrelevância.....	215
• Responsabilidade civil. Prestação alimentícia. Sociedade empresarial. Constituição de capital. Medida de preferência	160
• Revisão criminal. Instrução incabível no curso da demanda. Necessidade de prova pré-constituída	259
• Seguro. Contrato de seguro. Denúnciação da lide. Valor da causa. Extensão do exercício do direito de regresso. Impossibilidade de exceder o valor da apólice	163
• Seguro. Informação errônea do segurado. Não agravamento do risco. Irrelevância.....	234
• Seguro. Mora do segurado. Rescisão do contrato. Necessidade de prévia notificação. Dedução do prêmio não pago. Admissibilidade.....	212
• Seguro. Seguro de vida. Contrato ininterrupto e de longa duração. Renovação automática. Mudança de faixa etária. Proibição de reajuste do valor do prêmio. Proibição de modificação do capital segurado.....	213
• Seguro-saúde. Cooperativa Prestadora de Serviço. Atendimento ao usuário contratante. Solidariedade entre as cooperativadas.	286
• Seguro-saúde. Internação hospitalar. <i>Home care</i> . Cumprimento de decisão judicial. Recusa indevida. Dano moral.....	209
• Seguro-saúde. Internação hospitalar. Tutela antecipada. Concessão. Necessidade de indicação médica por escrito	210
• Seguro-saúde. Marcapasso. Recusa de cobertura. Cláusula abusiva.....	112
• Seguro-saúde. Mudança de faixa etária. Reajuste das mensalidades. Vedação. Contratos anteriores ao Estatuto do Idoso. Aplicabilidade	214
• Seguro-saúde. Procedimento cirúrgico. Divergência quanto à técnica e ao material empregados. Responsabilidade pela escolha. Médico responsável	211
• Seguro-saúde. Profissional credenciado. Responsabilidade solidária.	293
• Serviço Essencial. Interrupção do fornecimento. Ligação clandestina. Dano Moral. Não configuração.....	285
• Servidor público aposentado. Imposto sobre a renda retido na fonte.....	34
• Servidor público. Verbas devidas a servidores públicos. Mora no pagamento. Aplicação de juros e correção monetária. Fazenda Pública. Obrigatoriedade	226
• Sucumbência. Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública. Verba honorária devida. Responsabilidade dos Municípios e Fundações Autárquicas	221

• Superendividamento. Instituições financeiras diversas. Retenção de valor em conta-corrente. Limitação.....	295
• Taxa Judiciária. Município autor. Isenção de pagamento. Exigência de reciprocidade. Município réu. Sucumbência. Obrigatoriedade de pagamento	145
• Taxa judiciária. Não incidência no cumprimento da sentença. Ressalva do disposto no art. 135, do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.	269
• Título de crédito. Ineficácia executiva. Protesto de Título. Possibilidade.....	236
• Título executivo judicial. Cumprimento de sentença. Honorários de advogado. Termo inicial da incidência. Decurso do prazo. Art. 475-J, do CPC.....	154
• Título executivo judicial. Impugnação ao cumprimento da sentença. Embargos à execução. Efeito suspensivo. Reforma da decisão. Condição exigida	162
• Título judicial. Execução e cumprimento de sentença. Extinção do processo. Arquivamento definitivo dos autos.....	133
• Tributário. ICMS. Consumo de energia elétrica. Supermercado. Atividades de panificação, restaurante, açougue, peixaria e laticínios. Não caracterização de processo de industrialização. Impossibilidade de compensação.....	146
• Tributário. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i>	9
• Tributário. IPTU progressivo. Taxa de coleta domiciliar de lixo e iluminação pública. Cobrança indevida. Efeitos <i>ex tunc</i> . Sistema constitucional em vigor.....	123
• Tributário. Repetição de indébito tributário. Lei declarada inconstitucional. Prescrição quinquenal	124
• União estável. Dissolução de união estável. Partilha de bens. Lei aplicável. Lei vigente à época da extinção do vínculo.....	189
• União estável. Uniões estáveis concomitantes. Não reconhecimento.....	122
• Usucapião. Imóvel urbano. Prescrição quinquenal.....	33
• Visitação. Regulamentação de visita. Criança em fase de amamentação. Pernoite. Des-cabimento	185